

LITERATURA DE COMPORTAMENTO SOCIAL & HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO ESPAÇO LUSO BRASILEIRO: ORIGINALIDADE TEMÁTICA E POSSIBILIDADE DE PESQUISA

FERNANDO CEZAR RIPE¹; GIANA LANGE DO AMARAL²

¹Aluno especial do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPel) – fernandoripe@yahoo.com.br

²Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPel) – gianalangedoamaral@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No período moderno, o domínio da cultura escrita era limitado tanto em Portugal, quanto, e principalmente, na América portuguesa, mas, desde o início do século XVIII, houve grande difusão da escrita e da imprensa, especialmente com a divulgação das ideias iluministas.¹ Mesmo considerando a limitação das práticas de leitura, textos escritos por filósofos, médicos, professores e religiosos eram divulgados por editores que se firmavam cada vez mais nas cidades portuguesas, atendendo aos anseios culturais de uma população ávida por novos conhecimentos.

Nos séculos XVII e XVIII, Portugal vivenciou uma profícua e intensa publicação de manuais de bom comportamento e civilidade, obras que se enquadram na categoria conhecida como *Literatura de Comportamento Social* dedicada aos aspectos valorativos e morais. Conforme conceituou a portuguesa Zulmira Santos, a *Literatura de Comportamento Social* abriga uma “vastíssima tratadística” [tratados] e pode ser entendida como

um filão textual compósito, onde cabem escritos de vária natureza que podem estender-se das obras mais amplas sobre padrões de conduta mais exclusivos da corte, propondo modelos de princípio, (...) de cortesãos, a escritos de caráter mais didático-moral, e até tratadinhos que privilegiavam as artes da conversação, as formas de vestir ou as boas maneiras à mesa (SANTOS, 2004, p. 307).

Foi a partir do século XVIII que “[...] a leitura se revela como um fenômeno historicamente delimitado e circunscrito a um modelo de sociedade que se valeu dela para a sua expansão” (ZILBERMAN, 1986, p.12). A leitura, neste contexto, passou a ser não mais um privilégio da alta burguesia, mas também se tornou um meio capaz de suprir importantes lacunas acerca dos conhecimentos da própria língua, ampliando “o alcance social da educação” (FERNANDES, 1992, p. 38). Considerando que a Europa do século XVIII foi intensamente marcada por uma série de preceitos reguladores da vivência social, percebemos que, não obstante, a sociedade lusitana também tinha interesse pelas atitudes e comportamentos associados à alta nobreza. Nesse contexto, a educação em Portugal passou a ser firmada como um eficiente meio de divulgação e instrução das boas maneiras, da polidez, da cortesia, entre outros modelos que conduziram os sujeitos a um específico e desejado tipo de comportamento social.

¹ O século XVIII foi o século da expansão dos escritos de religião, filosofia, teatro, romances, política, ciências naturais, história, medicina, contos, cartas e relatos que ganhavam crescente espaço nas livrarias e bibliotecas europeias (CHARTIER, 2002, p. 98).

O objetivo geral da pesquisa que venho realizando é, portanto, analisar os discursos morais na constituição do sujeito infantil presentes na *Literatura de Comportamento Social*. Isso se justifica porque em boa parte dessa literatura é possível encontrar instruções de boas maneiras, condutas ideais, virtudes e posturas sociais direcionados à formação de crianças – geralmente nobres.² Esta abordagem de análise, com o devido referencial teórico-filosófico foucaultiano que a acompanha, ainda permanece pouco explorada na *História da Educação no Brasil*. Também se justifica devido ao fato de que na *História da Educação no Brasil*, existem poucos estudos sobre práticas educativas não escolarizadas no século XVIII.

2. METODOLOGIA

Este projeto, que aqui se apresenta, se insere nos estudos que se fundamentam teoricamente na História da Educação a partir da filosofia de Michel Foucault (1987, 1995, 2001, 2007) ao propor a análise dos discursos morais, da noção de dispositivo e constituição do sujeito infantil na modernidade.

Embora a definição dos manuais de comportamento social possa apresentar uma aparente imprecisão, a intenção é realizar um inventário daqueles direcionados à formação, educação e constituição da infância a partir de critérios claros e bem definidos, quais sejam: aqueles dedicados à instrução de conduta moral (respeito, obediência, mansidão, modéstia, etc), de modos de bem viver (virtudes, qualidades cristãs), de regras e normativas de comportamento (posturas sociais, punições, premiações, afetos).

Para a elaboração deste, já realizamos um levantamento catalográfico preliminar de alguns destes manuais publicados entre os séculos XVII e XVIII, que se localizam em bibliotecas portuguesas, especialmente a BNP (Biblioteca Nacional de Portugal), a fim de visualizarmos com mais clareza o universo de fontes disponíveis e de procedermos à escolha dos manuais que atenderem aos critérios previamente estabelecidos. No entanto, ainda se faz necessário um investimento maior na pesquisa e no inventário destas fontes.

A intenção será aproxima-los em análises comparativas dos discursos morais, constituidores da infância, na tentativa de evidenciar como os textos se relacionam, os seus pontos de interseção e as suas aproximações, na medida em que o texto é “um universo aberto a realidades extratextuais que referencia e que nele se projetam” e “aberto a outros textos que retoma, contradiz ou transforma” (PIRES, 1980, p. 11).

Metodologicamente a pesquisa prevê a sistematização das informações relativas às peculiaridades encontradas em cada uma delas, bem como análises qualitativas focadas nos discursos morais, nas regras e normas de conduta e no comportamento virtuoso dos sujeitos infantis.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da constituição moral do sujeito infantil tem permitido compreender a presença constante dos aspectos morais em manuais pedagógicos publicados no Brasil³ em períodos subsequentes, ou seja, nos

² A ideia de *formação e educação*, na segunda metade do século XVIII, estava associada ao ideal de uma sociedade afortunada, ou seja, a noção de que o bem-estar da sociedade dependeria da formação e da educação dos indivíduos. Ver: (FONSECA, 2009, p. 16).

³ A publicação de manuais pedagógicos no Brasil com aspectos morais pode ser verificada, por exemplo, em Galvão (2008).

séculos XIX e XX, bem como de verificar as condições de possibilidade que sustentaram os discursos legislativos,⁴ relativas ao ensino primário nos períodos imperial e republicano.

A noção de *dispositivo* tem possibilitado a compreensão dos processos de normatização postos pelo discurso da modernidade. De acordo com Foucault, nas sociedades disciplinares exercia-se um tipo de poder sobre os corpos dos indivíduos com a finalidade de adestrá-los, de modo a torná-los submissos e úteis à produção.

Assim, torna-se interessante questionar quais os efeitos dos regimes discursivos, entendido como a discursividade circulante sobre o objeto, que contribuem na constituição dos sujeitos infantis. Seria, então, tomar a criança como sendo um sujeito fabricado pelos discursos da *Literatura de Comportamento Social*, que por sua vez está inserida em um amplo projeto de constituição de sujeito moderno.

4. CONCLUSÕES

Portanto, é neste contexto de intensas transformações nas ideias, na política e na sociedade, que a *Literatura de Comportamento Social* ganhou destaque editorial em Portugal. A análise desta literatura que o projeto propõe possui alguns diferenciais que devem ser ressaltados:

- 1) *Existem poucos estudos, no país, dedicados às práticas educativas não institucionalizadas que influenciaram diretamente a oficialização do discurso pedagógico no Brasil;*
- 2) *O século XVIII ainda permanece como um período pouco estudado na área da Educação no Brasil;*
- 3) *Não foi localizado nenhum trabalho na área da Educação, no Brasil, que analise as fontes/manuais como uma categoria de comportamento social;*
- 4) *O uso do referencial teórico-metodológico, a partir da filosofia de Michel Foucault e autores afins, para a análise da constituição do sujeito infantil a partir dos discursos morais presentes na literatura apresenta-se como uma proposta original.*

Sendo assim, a continuidade desta pesquisa, que se pretende ser desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPEL, tem produzido ao longo dos últimos dois anos uma série de publicações e apresentações em eventos científico-acadêmicos da área da História da Educação (SHC/SP, ASPHE, CBHE, EGEM, entre outros). No mesmo sentido, pretende-se produzir, ao longo do doutorado, artigos científicos, divulgando, dessa forma, o uso das fontes, as problemáticas levantadas e os resultados parciais da pesquisa.

A exequibilidade e a originalidade da presente proposta residem na abordagem das fontes que selecionamos e/ou vamos selecionar, ou seja, na análise dos discursos através da teoria foucaultiana e de autores afins que criam subsídios para investigar como as morais foram constituídas e incorporadas em determinado modo de ser sujeito infantil em Portugal e no seu principal domínio ultramarino no século XVIII.

⁴ Pode-se identificar no discurso legislativo referente às instruções primárias, entre os séculos XIX e XX, a associação entre a elevação da cultura intelectual da população e a difusão de normas moralizadoras, de controle do comportamento social. Dentre as inúmeras publicações que analisam as práticas legislativas deste período destaco Bastos; Faria Filho (1999).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, M.H.C.; FARIA FILHO, L.M. de (Orgs.). **A Escola elementar no século XIX – o método monitorial/mútuo.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

CHARTIER, Roger. **Do palco à página:** publicar teatro e ler romances na época moderna, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

FERNANDES, Rogério. **O pensamento pedagógico em Portugal.** Lisboa: MEC-Secretaria de Estado da Cultura, 1992.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes:** Civilidade, ordem e sociabilidade na América Portugues. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. P. 231-259.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I:** Vontade de Saber. Trad. Maria T. Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Manuais escolares e pesquisa em História. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves. **Para uma leitura intertextual de ‘Exercícios Espirituais’ do Padre Manuel Bernardes.** Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.

SANTOS, Zulmira C. Lei «política», lei «cristã»: as formas da conciliação em Academia nosmontes, e conversações de homens nobres (1642) de Manuel Monteiro de Campos. In: **Península Revista de Estudos Ibéricos** | n.º 1 | 2004: 307-318.

ZILBERMAN, Regina; MAGALHÃES, Lígia Cademartori. O lugar do leitor na produção e recepção da Literatura Infantil. In: Khéde, Sônia S. (org.) **Literatura Infanto-juvenil:** um gênero polêmico. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.